

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT04.005

A MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÃO TEÓRICA E FUNDAMENTAÇÃO CIENTÍFICA EM ARTIGOS E ESTUDOS ACADÊMICOS

Rodrigo Wantuir Alves de Araújo¹

RESUMO

A proposta deste trabalho por objetivo dissertar acerca da memória e o seu uso na educação a partir de estudos e concepções teóricas de textos acadêmicos estudados a partir de estudos na disciplina Educação, Cultura, História Memória I do curso de Mestrado e Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UFRN. A memória é um campo de estudos, reflexões e pesquisas, as quais diversas áreas científicas investigam e analisam sua formação, desempenho e importância na vida humana. Não é à toa que memória é uma palavra polissêmica e abrange um vasto campo na análise da concepção teórica e fundamentação na literatura acadêmica e científica. Assim, estudos sobre a memória são fundamentais para os estudos nas áreas da história, educação e fundamentação histórica. Nesse sentido, utilizamos a discussão sobre memória na perspectiva de memória coletiva de Halbwachs (2004); Le Goff (2013) e as discussões de identidade de Polack (2017). O estudo da aquisição da memória foi importante para a estruturação e organização dos indivíduos em sociedade. Sociedade sem escrita: mitos de origem; prestígio da família dos dominantes; saberes técnicos: magia religiosa. Nas sociedades pós-escritas, duplo progresso: comemoração, celebração,

1 Doutor em Educação PPGED- UFRN. Professor do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP. rodrigowantuir@yahoo.com.br; rodrigowantuir@ifesp.edu.br

acontecimento memorável; memória, uma forma de inscrição, epigrafia. Os resultados dessa discussão estão sob a égide da memória sob em seu aspecto individual e coletivo, em que os autores trabalham em maior ênfase com este último modo da memória. Nesse envolvimento de disputas, memórias, grupos sociais, revela-se um profissional que é importante em todo esse processo: o historiador. A ele cabe as reflexões, a leitura, a crítica interna e externa na memória coletiva e as discussões em sociedade sobre a memória.

Palavras-chave: Memória. História. Educação. Pesquisa Educacional. Fundamentos da Educação.

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho que tem por objetivo dissertar acerca da memória e o seu uso na educação a partir de estudos e concepções teóricas de textos acadêmicos estudados na disciplina Educação, Cultura, História Memória I do curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UFRN.

A memória é um campo de estudos, reflexões e pesquisas, as quais diversas áreas científicas investigam e analisam sua formação, desempenho e importância na vida humana. Não é à toa que memória é uma palavra polissêmica e abrange um vasto campo na análise da concepção teórica e fundamentação na literatura acadêmica e científica.

Com o advento da tecnologia, o termo memória ficou comumente relacionado à capacidade de acumular arquivos visuais, audiovisuais e documentos dos mais diversos tipos, além da capacidade interna de aparelhos eletrônicos, como computadores, smartphones, tablets, máquina fotográfica, entre outros.

O estudo da aquisição da memória foi importante para a estruturação e organização dos indivíduos em sociedade. Sociedade sem escrita: mitos de origem; prestígio da família dos dominantes; saberes técnicos: magia religiosa. Nas sociedades pós-escritas, duplo progresso: comemoração, celebração, acontecimento memorável; memória, uma forma de inscrição, epigrafia.² Relacionando com os mais diversos campos do saber, o estudo da memória abrange outras áreas, que não seja apenas a história, pois

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e,

2 Ciência auxiliar da história, na qual se estudam as inscrições antigas ou epígrafes gravadas em materiais sólidos.

quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria. (Le Goff, 2013, p. 423)

Assim, as mais diversas áreas também podem contribuir para compreensão dos estudos da memória, bem como também podem colaborar com os conceitos e ideias próprias do saber dessas áreas para conceber uma visão macro e rica da memória, como também visualizar as peculiaridades de cada uma dessas ciências.

Ainda como maneira de explicar o seu uso nos estudos acadêmicos e científicos, Lombardi (2011) afirma que Sigmund Freud (1856-1939) já havia realizado estudos sobre a memória humana. Enfatiza que os estudos sobre memória vieram a ser bastante enfatizados a partir da década de 1970, como matéria da história. No âmbito da história, como processo, a memória começou a ser tomada como objeto de investigação pela História, especialmente pela História Oral.

CONCEITUANDO A MEMÓRIA

Mas, qual o conceito de memória, inicialmente, precisamos identificar para iniciar a construir as relações e conexões no campo dos estudos acadêmicos? Segundo o dicionário Aurélio há mais de um significado para memória, mas sua primeira definição é que memória é a faculdade de reter impressões e conhecimentos adquiridos e de repará-los pela ação da vontade. Para termos desse trabalho e da concepção de memória identificamos que

Etimológica e conceitualmente trata-se, portanto, de um termo **polissêmico** e que se refere tanto **a faculdade ou função de conservar, reviver, restabelecer** (ou lembrar) fatos ou lembranças passados como ao **meio usado para conservar a lembrança** – o sinal, o monumento e o documento, quanto a própria narrativa de fatos ou acontecimentos testemunhados por alguém. (Lombardi, 2011, p.76-77) Grifo Nosso.

Nesse sentido, a memória pode ser relacionada à lembrança a partir da faculdade de pensar, conservar ou reviver os fatos do passado, bem

como a construção das narrativas a partir desses elementos. Essa é a base conceitual que será tecida as demais ideias e concepções em que se envolva a memória.

MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA: IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

Há uma discussão relevante também sobre a memória, pois podemos dividi-la em dois tipos de memória: individual e coletiva. Ambas são se retroalimenta, a partir de elementos individuais e coletivos. Le Goff (2013) faz uma distinção entre memória individual e social (coletiva) trabalhando com esta última.

Mas, a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva que permitam melhor compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (Le Goff, 2013, p. 435)

A memória coletiva prevalece nos estudos acadêmicos e nas narrativas da sociedade. Ela tem um significado relevante, uma vez que conseguimos destacar que é um elemento de coesão do tecido social. Como identificamos, a memória é um instrumento de poder, no sentido da prevalência de conceitos, acontecimentos, formas de pensar e agir, que se perpetuam através da memória coletiva e compõe o conjunto da memória de uma sociedade. Como toda sociedade é composta de vários grupos, instituições, podemos ver mais bem relacionados com a combinação entre esse instrumento de poder e a relação direta com a história e identidade

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos,

sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. (Pollak, 1989, p. 7)

A memória é fundamental na construção da sociedade como um todo e um adendo importante se refere a que nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos, (arquivos orais e audiovisuais) não escapam a vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar essa memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente, o rádio e a televisão. Assim, esses veículos de comunicação de massa são importantes em todo o processo de construção de memória. Poderíamos incluir também o fenômeno da internet que é uma plataforma que agrega diversos mecanismos e de grande influência social com as páginas de notícias e até mesmo das redes sociais.

Há algumas características da memória que destacamos. Ela gira em torno do cotidiano do grupo: boas ou ruins safras, festas, enchentes, tragédias e não diretamente com acontecimentos históricos valorizados pela historiografia. A memória coletiva como fundamento e identidade do grupo, simplifica a noção do tempo e simplificando o passado. Assim, temos como muito utilizadas às expressões: antigamente como representação do passado; nossos dias ou nos dias de hoje, como presente. Dessa forma, compreendemos a necessidade de estudos, reflexões e debates que envolvem esse tema devido o legado que é levado em conta para ser discutido, lembrado, refletido ou até mesmo silenciado.

Ainda nessa perspectiva sobre memória coletiva, Pollak (1989) discute dois tipos de memória, a oficial e a subterrânea, respectivamente, correspondendo a memória oficial dos grupos ligados ao poder e a memória das classes sociais ditas minoritárias, e alerta

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a

imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (Pollak, 1989, p. 6)

A esse respeito, refletamos sobre os memoriais, museus, centros de documentação e memória que conhecemos. Como sugestão de reflexão, o Memorial Café Filho (Natal-RN) e o Memorial JK (Brasília - DF). Tais memoriais são exemplos da força da memória e de sua inserção na sociedade e que merecem a reflexão sobre o papel que exercem e de que maneira essa memória é representada e significa a questão da memória coletiva, além de uma imposição da memória oficial sobre a memória subterrânea. Em alguns momentos, as duas memórias podem coexistir pacificamente. Em outros, poderá haver discordâncias.

Como produto de grupos sociais, encontramos comumente, sobretudo na área da política, memoriais, centro de documentação e memória, museus que guardam resquícios e fragmentos da vida pública e política de alguns representantes da sociedade em dado momento. Como exemplo, o Memorial Café Filho, na cidade do Natal - RN, um espaço em se propõe a contar uma história a partir dos documentos, fotografias, roupas, medalhas, certificados, incluindo também utensílios e moveis da casa do ex-presidente da República Federativa do Brasil, João Fernandes Café Filho (1899 - 1970). Em Brasília temos o exemplo mais contundente possível, o Memorial JK que contém uma organizada e vasta documentação, biblioteca particular, fotografias, roupas, vídeos, maquetes, incluindo até os restos mortais do ex-presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976).

Esses dois exemplos encontram na força política um elo que justifica uma memória coletiva para suas respectivas regiões e para o Brasil por se tratar de dois ex-presidentes. Contudo, há uma zona de conflitos de grupos sociais que porventura discordem desses governos ou que tenham alguma opinião fundamentada sobre os ex-presidentes. Contudo, vemos claramente que os responsáveis pelos memoriais com o aval e apoio do Estado conseguem impor os memoriais como fonte de uma memória coletiva através da cultura.

Uma discussão importante é sobre a memória ser seletiva. A memória é seletiva (individual ou coletiva é um verdadeiro exercício de organização na preservação dos fatos). Memória é um elemento construído. O ponto de vista político é extremamente forte e decisivo. Assim, o 7 de setembro de 1822 se torna como a data da Independência do Brasil; mesmo que saiba que foi uma construção histórica como um marco fundante. O que não dizer dos desfiles cívicos, que exaltam e enaltecem aspectos da história em detrimento de outros?

Ao enfatizar figuras como Dom Pedro I e o famoso “grito do Ipiranga”, por exemplo, apagam-se outras vozes e movimentos que contribuíram para o processo de emancipação política, como a participação de grupos populares, indígenas, negros e mulheres. Assim, o desfile cívico pode ser visto tanto como um instrumento de celebração quanto de construção ideológica – um momento em que o Estado reafirma uma narrativa oficial da nação. Refletir criticamente sobre essas práticas não significa negar a importância da data, mas ampliar o olhar sobre a história, compreendendo que a Independência não foi um ato isolado, e sim um processo complexo, permeado por disputas, interesses e contradições.

Obviamente é preciso que se pense sobre a contextualização, pois os significados podem mudar, como por exemplo, o caso de Tiradentes³, que em determinado momento da história do Brasil, o Brasil Colonial, era tido como uma memória de rejeição, por ser traidor. O mesmo Tiradentes, no período Republicano, é tido como herói e é hoje lembrado como mártir e com uma data, um feriado nacional.

A forma como lembramos os acontecimentos históricos está profundamente ligada aos interesses e valores de cada época. A figura de Tiradentes é um exemplo marcante dessa transformação da memória coletiva. No período colonial, ele foi retratado como um traidor da Coroa

3 Tiradentes era o apelido de Joaquim José da Silva Xavier (1746 – 1792) que fora dentista amador, alferes da Cavalaria dos Dragões de Minas e líder do movimento de Independência do Brasil em Minas Gerais e o único morto por enforcamento, sendo depois decapitado e esquartejado.

portuguesa, alguém que ameaçava a ordem estabelecida. Sua execução pública, em 1792, tinha justamente o propósito de servir de lição e reforçar a autoridade do poder metropolitano.

Contudo, com a Proclamação da República, em 1889, essa imagem foi completamente resignificada. O mesmo Tiradentes passou a ser exaltado como símbolo da liberdade, da luta contra a opressão e da busca por um país independente e soberano. O “traidor” tornou-se “herói nacional”, e sua memória foi incorporada aos ideais republicanos como exemplo de patriotismo e sacrifício pela pátria.

Esse caso evidencia como a história é constantemente reinterpretada de acordo com o contexto político e social. A memória coletiva, longe de ser estática, é moldada por disputas de sentido e por interesses que selecionam o que deve ser lembrado ou esquecido. Assim como o 7 de setembro, a figura de Tiradentes mostra que os marcos da história do Brasil são construções simbólicas que expressam visões de mundo em transformação.

Afinal, isso também levanta outra discussão sobre o esquecimento e a memória. Parafraseando Umberto Eco (Lombardi, 2011) afirma que a cultura é feita de memória e que esta contraditoriamente também implica no esquecimento: a memória social ou cultural tem por objetivo filtrar e não apenas conservar.

A ESCOLA COMO MEMÓRIA

Trataremos nesse tópico em linhas gerais a partir do pensamento de Benito (2017) que a escola enquanto instituição é produtora de memória. Desde a oferta do ensino obrigatório em diversos países, a escola começou a fazer parte da memória de todos os agentes envolvidos: alunos, professores, comunidade em geral.

O tema da memória é suscetível de múltiplas abordagens. Temos tratado dele, há alguns anos, sob o prisma mais antropológico, em suas relações com a educação; mais concretamente, temos lidado com a construção sociocultural

dos elementos que a constituem: a projeção da lembrança na construção da subjetividade pessoal, na configuração da cultura da escola, na definição do *habitus* que conforma o ofício do professor, na formatação das práticas pedagógicas, e inclusive, na semântica adicionada aos materiais que fazem a mediação da relação comunicativa entre os atores da instituições elementares de formação. (Benito, 2017, p. 184).

Para Benito Escolano, a escola não é apenas uma instituição voltada à transmissão de saberes formais, mas também um espaço de produção e reprodução cultural. Nesse sentido, ela atua como um agente formador de subjetividades, modelando modos de ser, pensar e agir. O *habitus* escolar é, portanto, um produto histórico e social, resultado de práticas pedagógicas, normas, rituais e discursos que compõem a cultura escolar. Tais elementos são incorporados pelos sujeitos de forma, muitas vezes, inconsciente, influenciando sua postura diante do conhecimento, da autoridade e da convivência social.

A formação desse *habitus* se dá através de mecanismos de socialização que ultrapassam os conteúdos curriculares. As rotinas escolares, os horários rígidos, as formas de avaliação, o controle dos corpos e o discurso pedagógico são instrumentos que contribuem para a interiorização de valores como disciplina, pontualidade, obediência e mérito. Desse modo, a escola atua não apenas na instrução intelectual, mas na constituição de identidades e comportamentos compatíveis com as exigências da sociedade em determinado contexto histórico.

Escolano (2001) destaca, ainda, que o *habitus* escolar expressa uma cultura institucional específica, marcada por práticas e símbolos que conferem à escola um ethos próprio. Essa cultura, por sua vez, é dinâmica e histórica, podendo tanto reproduzir a ordem social vigente quanto abrir possibilidades para a transformação. Assim, compreender o *habitus* escolar implica reconhecer a escola como um espaço de produção simbólica e de formação de subjetividades, cuja influência ultrapassa o âmbito estritamente pedagógico.

Assim, encontramos a definição da importância e da atuação da memória na instituição e dos seus agentes como importantes nas cons-

truções da memória, nas suas práticas pedagógicas dos professores, na lembrança dos alunos do cotidiano escolar, sua subjetividade, suas emoções e recordações.

A escola ocupa um papel central na produção e na transmissão da memória social. Mais do que um espaço de ensino de conteúdos, ela é uma instituição que contribui para a formação das identidades individuais e coletivas, atuando como mediadora entre o passado e o presente. Nesse sentido, a escola não apenas reproduz memórias, mas também as seleciona, legitima e ressignifica, participando ativamente do processo de construção da história e da cultura de um povo.

A memória, entendida como um campo de disputas simbólicas, está longe de ser neutra. Conforme destaca Halbwachs (2004), ela é sempre social, pois se constitui nas relações entre os sujeitos e os grupos. Assim, quando a escola escolhe determinados fatos, personagens e datas a serem ensinados, ela também define quais memórias merecem ser preservadas e quais serão silenciadas. O currículo, os livros didáticos e as práticas pedagógicas funcionam, portanto, como instrumentos de poder e de seleção da memória.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender o papel da escola como espaço de crítica e reflexão sobre as narrativas oficiais. Ao problematizar a história e incentivar o diálogo com diferentes perspectivas – indígenas, africanas, populares, femininas, entre outras –, a escola contribui para a construção de uma memória plural e democrática. Essa postura educativa rompe com a ideia de uma memória única e linear, reconhecendo que o passado é sempre reinterpretado à luz das demandas do presente.

Refletir sobre memória e escola, portanto, é refletir sobre o compromisso ético e político da educação. A escola deve ser o lugar onde as memórias silenciadas ganham voz, onde o estudante é convidado a questionar as versões dominantes da história e a compreender que toda memória é também uma escolha – uma forma de ver o mundo e de se posicionar nele.

Benito (2017) defende que os conteúdos da memória como o ambiente escolar, chamando a escola de templo laico, em que todos os alunos passam por parte de sua infância e adolescência e nesse ambiente constroem relações de aprendizagem e relações sociais, fazendo com que tal momento seja marcante na vida dos discentes. Ainda discute o elemento da arquitetura escolar como outro elemento formador do conteúdo da memória, pois tal arquitetura como discurso, ou seja, a imponência do prédio escolar, a sua formação arquitetônica funciona como uma linguagem e constroem uma identidade narrativa na memória. Finalmente, discute a importância do papel do professor como ícone e referência na vida estudantil, desencadeando as lembranças, referências e símbolos.

É até provável que, nesse exercício de reconhecimento do passado, os sujeitos comecem a ponderar acerca do papel do valor da memória, na construção do sentido comunitário da vida, interrogando-se sobre a necessidade de olhar, de vez em quando, pelo espelho retrovisor, como faz todo bom motorista, para saber de onde viemos e para onde vamos, e desse modo poderemos orientar, com aconselhável prudência histórica, o rumo e os significados de nossa marcha pessoal e coletiva, no contexto histórico em que nos movemos. (Benito, 2017, p. 200).

Nesse sentido, consideramos importante o exercício da memória como um elemento de reflexão da cultura e da história na direção dos passos do homem, fazendo uma análise da atual situação para melhoria nos aspectos individuais e sociais no contexto histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre memória, cultura e história evidencia a relevância desse tema não apenas na compreensão do passado, mas também na configuração do presente e na construção de perspectivas futuras para a sociedade. A memória, enquanto processo social e individual, apresenta-se como um elemento central na formação de identidades, na legitimação de valores e na disputa simbólica entre grupos sociais. Tal dis-

puta revela que a memória não é neutra; ao contrário, é atravessada por relações de poder, interesses políticos, culturais e sociais. Dessa forma, a reflexão sobre a memória deve considerar não apenas os eventos ou fatos históricos, mas também as narrativas, silêncios e esquecimentos que se consolidam ao longo do tempo, moldando tanto a consciência coletiva quanto a percepção individual do passado.

Neste contexto, destaca-se a figura do historiador como agente central na mediação entre passado e presente. O historiador não se limita a registrar eventos; ele atua criticamente sobre as narrativas, selecionando, interpretando e contextualizando memórias que circulam na sociedade. Cabe a ele problematizar fontes, confrontar versões divergentes e identificar as relações de poder que determinam quais memórias são valorizadas, celebradas ou silenciadas. A atuação do historiador, portanto, transcende o exercício acadêmico, assumindo uma função ética e social, pois a forma como a memória coletiva é organizada e transmitida influencia diretamente as práticas sociais, as identidades culturais e o comportamento das futuras gerações.

Ao mesmo tempo, é essencial reconhecer a importância da memória individual. Apesar de a pesquisa histórica muitas vezes privilegiar o estudo da memória coletiva, a dimensão individual oferece elementos valiosos para compreender a experiência humana em sua pluralidade. A memória individual, por meio de relatos pessoais, experiências vividas e trajetórias singulares, contribui para a construção de uma narrativa histórica mais ampla e diversa, possibilitando o acesso a vozes frequentemente marginalizadas ou invisibilizadas nos relatos oficiais. Nesse sentido, a história oral emerge como ferramenta metodológica fundamental, permitindo que experiências pessoais sejam registradas, analisadas e incorporadas à memória coletiva, enriquecendo a compreensão do passado de maneira crítica e inclusiva.

Outro ponto relevante é a inter-relação entre memória e educação. A escola, enquanto espaço institucional, desempenha papel central na transmissão e na construção da memória social e cultural. Os agentes

escolares — alunos, professores e comunidade em geral — interagem diretamente com práticas que moldam a compreensão do passado e influenciam a formação de valores, atitudes e comportamentos. Ao incorporar elementos da memória histórica no currículo, na cultura escolar e nos projetos pedagógicos, a escola contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes da pluralidade de experiências e da complexidade das relações sociais. A memória, nesse contexto, não apenas instrui, mas também forma e transforma, assumindo caráter pedagógico e social de grande relevância.

Ademais, a memória deve ser entendida como instrumento de poder e de cultura. Ela não apenas registra acontecimentos, mas também seleciona quais histórias serão lembradas e quais serão esquecidas. Esse poder de seleção evidencia a necessidade de uma atuação ética por parte dos profissionais que lidam com a memória, particularmente historiadores e educadores. A memória, quando manipulada de forma irresponsável ou parcial, pode servir para a manutenção de desigualdades, exclusões e opressões. Por outro lado, quando construída de forma reflexiva, crítica e inclusiva, tem potencial de promover liberdade, justiça e emancipação social. Assim, a prática responsável na gestão da memória coletiva deve pautar-se por princípios éticos que assegurem a valorização da diversidade de vozes e a construção de narrativas históricas que promovam o bem comum.

Por fim, é fundamental reafirmar que a memória, seja individual ou coletiva, deve ser compreendida como um recurso vivo, dinâmico e transformador. Sua função não se esgota no passado; ela atua continuamente na formação de identidades, na construção de culturas e na consolidação de valores sociais. Os historiadores, educadores e demais profissionais envolvidos na preservação e transmissão da memória têm, portanto, a responsabilidade de atuar com rigor metodológico, sensibilidade social e compromisso ético. Ao fazê-lo, contribuem para que a memória coletiva seja um instrumento de libertação e emancipação, fortalecendo a consciência crítica, promovendo a justiça social e assegurando que as

gerações futuras possam acessar um patrimônio cultural plural, reflexivo e enriquecedor.

Dessa maneira, as reflexões aqui apresentadas reforçam a importância de se investir na formação crítica de profissionais e cidadãos conscientes da dimensão ética e social da memória. Reconhecer a memória como poder, cultura e responsabilidade é essencial para que se estabeleçam práticas sociais que valorizem a diversidade, promovam o diálogo intergeracional e garantam que a história seja, de fato, instrumento de liberdade, conhecimento e transformação social.

REFERÊNCIAS

BENITO, Agustin Escolano. **A Escola como Cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. 7. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

LOMBARDI, José Claudinei. **História, Memória e Educação**. José Claudinei Lombardi; Ana Palmira Bittencourt S. Cassimiro. Livia Diana Rocha Magalhães. (Orgs) Campinas: Alínea, 2011.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos históricos, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989 Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em: 11 set. 2017

POLLAK, Michel; **Memória e identidade social**. Estudos Históricas, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>> Acesso em: 11 set. 2017

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2008.